

REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 40 DE 2024/MF

À Prefeitura Municipal de Igarapava,

A/C Responsáveis pelo atendimento ao Tribunal de Contas

Com a finalidade de instruir o Processo TC-004402.989.23, relativo à fiscalização das contas do exercício de 2023 da Prefeitura, requisitamos, nos termos dos arts. 25 e 26 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993, o abaixo discriminado:

CONTAS DE PREFEITURA – EXERCÍCIO DE 2023

1. Declaração informando se houve períodos de substituição e/ou afastamento da Prefeita Municipal ao longo do exercício de 2023 e, em caso positivo, os dados (nome, CPF e cargo) de quem o substituiu nesses períodos.
2. PPA atual, e LDO e LOA 2023 e 2024 – com anexos.
3. Enviar relatório anual de avaliação e monitoramento dos programas do PPA/LDO referente ao exercício de 2023 (ou declaração negativa).
4. Notas explicativas às demonstrações contábeis do exercício de 2023
5. Relatórios emitidos pelo Sistema de Controle Interno referentes ao exercício de 2023.
6. Ato de Instituição, Regulamentação do Controle Interno e designação do responsável.
7. Carta de Serviço ao Usuário - Lei nº 13.460/2017 (ou declaração negativa).
8. Regulamentação e instituição do Conselho de Usuários - Lei nº 13.460/2017(ou declaração negativa).
9. Quanto à I e IV Fiscalizações Ordenadas, realizadas em 2023, encaminhar declaração informando as medidas tomadas face aos apontamentos apurados, acompanhada da documentação que comprova as justificativas (Relacionar os apontamentos dos Anexos I e II e respectiva justificativa com posição atual de cada providência que foi ou está sendo tomada).



10. Relatório das alterações orçamentárias efetuadas no orçamento do exercício de 2023, demonstrando separadamente os valores relativos a remanejamento, transposições e transferências, indicando a lei municipal autorizativa de cada alteração.
11. Planos Municipais de ensino, saúde, saneamento e diretor (ou declaração negativa na inexistência).
12. Declaração informando as causas da paralisação bem como as medidas adotadas para conclusão da obra relacionada no Painel do TCESP como paralisadas (obra descrita abaixo);

Descrição: Abastecimento de água - Captação, Adução, Tratamento e similares.

Situação: Paralisada

Data de Paralisação: 14/05/2020

Contratada: CONGERGI CONSTRUÇÃO MÁQUINAS E SERVIÇOS

Valor Inicial do Contrato: R\$ 866.575,20

13. Declaração informando se o Município aderiu ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal instituído pela Lei Complementar nº 178/2021. Em caso positivo, apresentar o termo de adesão ou documento equivalente e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal pactuado.
14. **Declaração do Chefe do Poder Executivo** quanto a eventual aplicação dos mecanismos de ajustes fiscais previstos nos incisos I a X do artigo 167-A, § 6º, da Constituição Federal, englobando todos os Poderes e Órgãos pertencentes ao Ente Governamental, se foram adotadas as medidas, e a partir de quando, enviando respectivos Decretos/Leis, uma vez que o Ente superou o limite de 95% do referido artigo ao final de 2023.
15. Informar se o Município recebeu repasses de depósitos no exercício com base na Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015, bem como nas Emendas Constitucionais nº 94, de 15 de dezembro de 2016, e nº 99, de 14 de dezembro de 2017. Em caso positivo, indicar o ato normativo que regulamentou a utilização dos depósitos; relacionar os valores recebidos e comprovantes de como foram utilizados em 2023.

16. Quanto às Emendas Individuais Impositivas – Transferências Especiais (Federal: CF/88, art. 166-A, inciso I; Estadual: Constituição Estadual SP/89, art. 175-A, inciso I), encaminhar a seguinte documentação:
- a. Declaração, assinada pelo responsável pelo setor de Finanças, informando se houve recebimentos desta natureza por parte do município de Orlandia em 2023 ou se existe saldo proveniente de exercícios anteriores, ou declaração negativa;
 - b. (Caso tenha ocorrido recebimentos em 2023) Forma de contabilização dos recursos recebidos;
 - c. (Caso tenha ocorrido recebimentos em 2023) Declaração informando a relação de empenhos abertos para realizar as despesas pagas com os recursos recebidos;
 - d. (Caso tenha ocorrido recebimentos em 2023) Extrato bancário da conta corrente aberta para recebimentos dos valores (todos os meses de 2023), se for o caso, ou declaração negativa.
17. Extratos de pagamento e instrumentos das operações de crédito firmadas pela Prefeitura no exercício (ou declaração negativa).
18. Extrato de pagamento e instrumentos de parcelamentos previdenciários e de encargos emitido pela Receita Federal e de outros parcelamentos de débitos junto ao INSS ou RPPS eventualmente firmados (ou declaração negativa).
19. Guias de recolhimento dos encargos sociais relativos ao INSS, RPPS, FGTS e PASEP, referentes ao exercício de 2023, acompanhadas dos respectivos relatórios mensais de apuração dos valores devidos e dos comprovantes de pagamento (**não precisa enviar digitalizado, deixar a disposição no dia da fiscalização in loco**).
20. Declaração informando se, em 31/12/2023, havia encargos sociais não parcelados (INSS, RPPS, FGTS e PASEP) de competência do exercício de 2023 ou de anos anteriores com o recolhimento em situação de atraso ou inadimplência.
21. Declaração informando se, em 31/12/2023, havia acordos de parcelamento vigentes de contribuições devidas ao FGTS ou PASEP.
22. Elaborar quadro abaixo com as informações dos parcelamentos a encargos sociais da Prefeitura (se for o caso):

Nº do acordo	Valor Total Parcelado	Quantidade parcelas	Parcelas devidas no exercício	Parcelas pagas no exercício

- 23.** Relação dos servidores inativos ou pensionistas de responsabilidade financeira do Tesouro Municipal pagos pela Prefeitura Municipal (complementação de proventos ou totalidade dos proventos) (ou declaração negativa).
- 24.** Ato normativo que fixou os valores e regulamentou o pagamento de auxílio-alimentação aos aposentados e pensionistas, custeado com recursos da Prefeitura Municipal (ou declaração negativa).
- 25.** Balancete analítico contábil das despesas executadas no exercício de 2023, relativas à concessão de auxílio-alimentação aos aposentados e pensionistas pela Prefeitura Municipal (ou declaração negativa).
- 26.** Relativo aos Precatórios:
- Cópia do Mapa Orçamentário de Precatórios do TJ-SP e TRT-15 (caso houver) para pagamento no exercício de 2023;
 - Acordo junto ao DEPRE que firmou a alíquota mínima sobre a RCL dos depósitos a serem efetuados no regime especial no exercício de **2023** e para o exercício de **2024**;
 - Apresentar relação (com identificação dos empenhos) dos pagamentos realizados em 2023 correspondentes aos depósitos do regime especial;
 - Extrato da conta junto ao DEPRE com o saldo final em 31/12/2023.
- 27.** Declaração informando se, no exercício de 2023, houve o recebimento ou havia precatórios a receber pela Prefeitura Municipal.
- 28.** Declaração informando se, no exercício de 2023, foram celebrados acordos diretos com credores de precatórios ou houve o pagamento de precatórios mediante acordos diretos com credores celebrados em exercícios anteriores.
- 29.** Certidão de regularidade, emitidas pelo DEPRE/TJSP, atestando a suficiência dos depósitos realizados pela Prefeitura para quitação dos precatórios devidos em 2023.
- 30.** Apresentar relação informando o total de requisitórios de baixa monta incidentes e pagos no exercício de 2023, acompanhada da relação de empenhos.
- 31.** Declaração informando se, em 31/12/2023, havia requisições de pequeno valor (RPV) vencidas e pendentes de pagamento pela Prefeitura.
- 32.** Leis promulgadas no exercício de 2023 que tenham criado ou extinto cargos e/ou novas vagas para cargos já existentes no quadro de pessoal da Prefeitura, acompanhadas das respectivas estimativas de impacto orçamentário e financeiro, caso elaboradas (ou declaração negativa).



33. Declaração informando se houve nomeação de servidores para cargos em comissão no exercício de 2023, encaminhando a relação dos servidores nomeados, com menção ao nome, cargo, data da admissão e legislação que regulamenta suas atribuições (ou declaração negativa).
34. Relação dos servidores temporários admitidos em 2023 com menção ao nome, cargo, número do processo seletivo, data da admissão e legislação que regulamenta suas atribuições (ou declaração negativa).
35. Cópia de todas as legislações que tenham concedido reajustes em 2023 aos agentes políticos e às remunerações dos demais servidores (ou declaração negativa).
36. Declaração informando se é realizado pagamento de plano de saúde para os agentes políticos da prefeitura, relacionando os agentes políticos e valores pagos em 2023.
37. Declaração informando se, no exercício de 2023, foram criados ou majorados auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor dos servidores da Prefeitura ou dos agentes políticos do Poder Executivo.
38. Relação dos servidores da Prefeitura Municipal com períodos aquisitivos de férias vencidos e pendentes de gozo há mais de dois anos (ou declaração negativa).
39. Declaração informando se, no exercício de 2023, havia situações de acúmulo de cargos ou funções dos agentes políticos do Poder Executivo Municipal.
40. Declaração informando se, no exercício de 2023, foram apresentadas as declarações de bens e valores pelos agentes políticos do Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 13 da Lei nº 8.429/1992.
41. Extrato bancário e razão contábil analítico da conta vinculada do Fundeb referentes ao exercício de 2023, acompanhados da respectiva conciliação bancária em 31/12/2023.
42. Declaração informando o CNPJ e a razão social do órgão que detém a titularidade da conta bancária vinculada do Fundeb.
43. Informar se os recursos do Fundeb referentes ao exercício de 2023 foram utilizados para o pagamento de abono e/ou 14º salário aos profissionais da educação básica do Município. Em caso positivo, apresentar as notas de empenho correspondentes e os atos normativos autorizativos.
44. Relação dos valores despendidos com inativos do magistério incluídos nos mínimos constitucionais do Ensino em 2023 (ou declaração negativa).

45. Declaração informando se em 2023 houve recebimento de complementação VAAT ou VAAR do Fundeb (Valor Anual Total por Aluno ou Valor Aluno Ano Resultado).
46. Declaração informando se o Município disponibilizou as informações e os dados contábeis, orçamentários e fiscais, nos termos do artigo 163-A da CF e do artigo 38 da Lei nº 14.113/2020, habilitando-se a receber a complementação VAAT? (enviar também comprovação de envio dessas informações)
47. Declaração informando se o Município atendeu às condicionalidades legais, em face do artigo 14 da Lei nº 14.113/2020, habilitando-se a receber a complementação VAAR?
48. Declaração informando se os serviços de psicologia educacional e serviço social foram implantados na rede escolar pública municipal, nos termos da Lei nº 13.935/2019. Em caso positivo, apresentar relação dos profissionais (nome e cargo) que atuam nessas atividades, especificando a fonte de recursos utilizada para pagamento de seus salários.
49. Relatórios emitidos pela plataforma Secretaria Escolar Digital (SED) e/ou por outro sistema informatizado de gestão escolar utilizado pela Prefeitura, contendo os seguintes **dados**¹ da rede pública municipal de ensino, considerando como data-base o final do ano letivo de 2023:
 - a. Número de alunos matriculados;
 - b. Número de alunos matriculados em período de tempo integral;
 - c. Número de alunos matriculados oriundos de famílias beneficiadas com programa de redistribuição de renda (bolsa-família, renda cidadã, etc.);
 - d. Número de alunos matriculados em período de tempo integral oriundos de famílias beneficiadas com programa de redistribuição de renda;
 - e. Número de alunos matriculados na rede regular de ensino pertencentes ao público-alvo da Educação Especial;
 - f. Número e cargo dos profissionais que realizam Atendimento Educacional Especializado (AEE) dentro das salas de aula na rede regular de ensino.
50. Eventual regulamento municipal que discipline a forma de acesso às escolas em jornada de tempo integral.

¹ Os dados deverão ser apresentados de forma segregada e individualizada por turma e por unidade escolar.

51. Relatórios e/ou outros documentos que comprovem o monitoramento e a avaliação da execução das ações e estratégias e do cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação.
52. Lei municipal que tenha fixado o piso salarial, vigente no exercício de 2023, dos profissionais do magistério da rede de educação básica do Município; ou caso não tenha lei específica enviar a comprovação de que o piso salarial municipal atendeu ao piso nacional em 2023.
53. Cópia de todas as atas elaboradas pelo Conselho de Alimentação Escolar em 2023.
54. Cópia das atas de todas as reuniões realizadas pelo Conselho Municipal de Educação em 2023 e 2024.
55. Cópia das atas de todas as reuniões realizadas pelo Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB em 2023 e 2024.
56. Cópia do parecer da prestação de contas emitido pelo CACS FUNDEB referente ao exercício de 2023.
57. Relatório contábil analítico dos créditos inscritos em dívida ativa que foram cancelados no exercício de 2023.
58. Relatório contábil e/ou relatório próprio de controle dos créditos inscritos em dívida ativa que estão sendo cobrados de forma judicial pela Prefeitura.
59. Relatório contábil e/ou relatório próprio de controle dos créditos inscritos em dívida ativa que estão sendo cobrados de forma extrajudicial pela Prefeitura.
60. Declaração informando se o cadastro de transferência/titularidade dos bens imóveis encontra-se atualizado, informando inclusive a data do último cadastramento/atualização e se o sistema é informatizado.
61. Declaração sobre a data da última higienização realizada no estoque da dívida ativa, de forma a separar os créditos podres, débitos prescritos, de pequeno valor ou com vícios administrativos na sua constituição execução dos créditos líquidos.
62. Declaração informando especificamente se há utilização dos meios de cobrança da dívida ativa de forma extrajudicial: Parcelamento incentivado de créditos; Facilitação do Pagamento - encaminhamento de boleto bancário ou guia de arrecadação preenchida ao devedor; Protesto extrajudicial da Certidão da Dívida Ativa (CDA); Conciliação extrajudicial; Inclusão do nome do devedor em Cadastro (Ex. Cadastro Informativo Municipal - CADIN); Inclusão do nome do devedor em serviços de proteção ao crédito.



63. Declaração informando a relação dos últimos 04 anos de programas de recuperação fiscal ou REFIS.
64. Declaração sobre a existência de setor jurídico específico para controle e andamento dos processos de execução fiscal, estrutura, funcionamento, e quantidade e cargos de servidores.
65. Digitalização integral do processo de compra, do contrato e do acompanhamento da execução contratual (empenhos, notas fiscais, liquidações, medições e pagamento) dos seguintes processos:
- Empenho 378/2023 - Pregão Presencial;
 - Empenho 9308/2023 – Tomada de Preços;
 - Empenho 1916/2023 – Inexigibilidade;
66. Relacionar os estabelecimentos de ensino municipais indicando quais possuem ou não AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) vigente.
67. Relacionar os estabelecimentos de saúde municipais indicando quais possuem ou não AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) vigente.
68. Declaração informando se foram instituídas taxas ou tarifas decorrentes da prestação dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos. Em caso positivo, apresentar o ato normativo que as tenha instituído.
- Enviar estudo para definição do valor cobrado x viabilidade do gasto (ou declaração negativa).
- Em caso negativo, informar se foi enviado projeto de lei para instituição das referidas taxas ou tarifas, e respectivo andamento ou desfecho do projeto.
69. Informar se o município instituiu a Contribuição para custeio da Iluminação Pública (CIP). Caso afirmativo apresentar a norma.
70. Declaração informando se a Prefeitura implementou programa de coleta seletiva de resíduos sólidos no Município.
- Em caso positivo, apresentar as normas e documentos que comprovem a implementação do referido programa, informando de que forma a Prefeitura contribui com o mesmo e quais cooperativas e associações de catadores dele participam, bem como os contratos firmados com as empresas prestadoras dos serviços de coleta seletiva, se for o caso.
71. Declaração informando se o Município possui Plano de Contingência Municipal de Defesa Civil (PLANCON). Em caso positivo, apresentá-lo.
72. Declaração informando se o Município possui Plano de Mobilidade Urbana. Em caso positivo, apresentá-lo.



73. Declaração informando se o Município possui Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC). Em caso positivo, apresentá-lo.
74. Declaração informando se a Prefeitura Municipal dispõe de Política de Segurança da Informação formalmente instituída. Em caso positivo, apresentá-lo.
75. Declaração informando se a Prefeitura Municipal regulamentou a Lei de Acesso à Informação (artigo 45 da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011). Em caso positivo, apresentá-lo.
76. Declaração informando se A Prefeitura Municipal regulamentou o tratamento de dados pessoais segundo a LGPD (Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018). Em caso positivo, apresentá-lo.
77. Cópia do Relatório Anual de Gestão (RAG) das contas municipais da saúde de 2022 e 2023.
78. Cópia do protocolo de recebimento, pelo Conselho Municipal de Saúde, do Relatório Anual de Gestão das contas municipais da saúde de 2022 e 2023.
79. Cópia das atas de todas as reuniões realizadas pelo Conselho Municipal de Saúde em 2023, bem como da reunião em que houve a apreciação da Gestão de 2022 e 2023 da Saúde.
80. Plano de Cargos e Salários Específico para os Fiscais Tributários (ou declaração negativa se não houver).
81. Declaração informando se a prefeitura dispõe de um programa de inibição ao absenteísmo de professores em sala de aula, com envio da documentação comprobatória (ou declaração negativa).
82. Declaração se há Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) específico elaborado e implantado para seus professores em âmbito municipal (ou declaração negativa se não houver).
83. Declaração se há Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) específico elaborado e implantado para seus profissionais de saúde em âmbito municipal (ou declaração negativa se não houver).
84. Relação das equipes de saúde da família atuando no Município em 2023 (relacionar as equipes, os profissionais e o quantitativo da população atendida por cada equipe – Posição em 31/12/2023).

- 85.** Relatório sobre o resultado do atingimento das metas e indicadores constantes na programação do Plano Municipal de Saúde Diretriz nº 1 (Garantir o acesso da população e aperfeiçoar a qualidade das ações e serviços de saúde no âmbito da atenção básica – todos objetivos dessa diretriz) – Referente ao ano de 2023 (posição em 31/12/2023).
- 86.** Declaração informando se há concurso público para provimento de cargos de Agente Comunitário de Saúde, bem como relação dos aprovados. Caso não tenha concurso vigente, informar qual foi o último concurso e qual data foi nomeado o último candidato habilitado.
- 87.** (Se for o caso) Certidão, emitida e assinada pelo gestor do Instituto de Previdência de Igarapava, acerca da posição atual dos parcelamentos previdenciários e das parcelas quitadas em 2023, ou declaração negativa;
- 88.** Declaração, assinada pelo gestor do Instituto de Previdência de Igarapava, a respeito da quitação de todas as parcelas da contribuição patronal e dos servidores devidas no exercício de 2023, informando os valores repassados e se houve atraso em algum dos repasses;
- 89.** Ato normativo que tenha fixado as alíquotas de contribuição patronal (normal e suplementar) e dos servidores, bem como o valor dos aportes para equacionamento do déficit atuarial, se houver;
- 90.** Ato normativo que tenha instituído o regime de previdência complementar no âmbito do município;
- 91.** Declaração, acompanhada de documentos comprobatórios, informando se os dirigentes da unidade gestora do RPPS comprovaram atendimento aos requisitos mínimos estabelecidos no art. 8º-B da Lei nº 9.717/1998.
- 92.** Declaração informando como é feito o levantamento da demanda por vagas na rede municipal de ensino (estudo, pesquisa, busca ativa ou procura do interessado);
- 93.** Declarar a oferta e demanda de vagas no município nos seguintes períodos:

POSIÇÃO 30/06/2023			
NÍVEL	DEMANDA POR VAGAS	OFERTA DE VAGAS	DATA DO PEDIDO MAIS ANTIGO NA FILA *
Ens. Infantil (Creche)			
Ens. Infantil (Pré escola)			
Ens. Fundamental (Anos Iniciais)			
Ens. Fundamental (Anos Finais)			

*Se houver

POSIÇÃO 31/12/2023			
NÍVEL	DEMANDA POR VAGAS	OFERTA DE VAGAS	DATA DO PEDIDO MAIS ANTIGO NA FILA *
Ens. Infantil (Creche)			
Ens. Infantil (Pré escola)			
Ens. Fundamental (Anos Iniciais)			
Ens. Fundamental (Anos Finais)			

*Se houver

POSIÇÃO 30/06/2024			
NÍVEL	DEMANDA POR VAGAS	OFERTA DE VAGAS	DATA DO PEDIDO MAIS ANTIGO NA FILA *
Ens. Infantil (Creche)			
Ens. Infantil (Pré escola)			
Ens. Fundamental (Anos Iniciais)			
Ens. Fundamental (Anos Finais)			

94. Declaração com as seguintes informações abaixo:

- Quais medidas a Prefeitura Municipal adotou e/ou estão sendo adotadas e/ou adotará para diminuir/zerar o déficit de vagas apurado;
- Há projetos que contemplem a construção e/ou ampliação de creche no Município;
- Há obras para construção e/ou ampliação de creche parada/atrasada.

95. Declarar se a rede municipal de ensino apresenta aumento de demanda por vagas de forma sazonal em época de colheitas agrícolas. Caso positivo, informar os meses em que ocorre este aumento, bem como as medidas adotadas para o atendimento da demanda;

96. Declaração relatando as justificativas detalhadas que “impuseram” e mantiveram até a presente data a intervenção na Santa Casa de Miguelópolis.

97. Encaminhar Decretos ou documentação similar que autorizou e manteve a intervenção até a presente data.

98. Encaminhar as demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial e DRE) da Santa Casa de Igarapava do ano em que ocorreu a intervenção na Santa Casa de Igarapava; (Ou declaração negativa);
99. Encaminhar as demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial e DRE) da Santa Casa de Igarapava de 2022 e 2023; (Ou declaração negativa);
100. Comprovação de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, FGTS, de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho e de regularidade Municipal e de regularidade Estadual da Santa Casa de Igarapava;
101. Estatuto Social Atualizado da Santa Casa de Igarapava;
102. Enviar o parecer e relatório de auditoria independente realizada nas contas de 2022 e 2023 da Santa Casa de Igarapava (Ou declaração negativa).

Prazo de entrega: 06 de agosto de 2024 (1º dia da fiscalização in loco)

Forma de Entrega: Encaminhar os itens requisitados em formato PDF pesquisável, nomeados e numerados de forma a identificar o conteúdo, não excedendo ao tamanho de 5 Mb cada arquivo.

Lembramos que as Autoridades e/ou Servidores Públicos são obrigados, sob as penas da lei, a atender no prazo fixado às Requisições, conforme dispõe o § 1º do art. 25 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993.

UR-17.3, 24 de julho de 2024.

Agente da Fiscalização

Chefe Técnico da Fiscalização

17.3

Diretor Técnico de Divisão

Em Substituição – UR-17